

Resolução da Mesa Nacional

1 de outubro de 2023

A catástrofe da habitação e a luta por soluções

A ferida social na habitação revela todos os traços de um Portugal dependente, atrasado e injusto, bem como a subserviência aos especuladores por parte dos governos que nos trouxeram à atual catástrofe social.

A construção e o negócio imobiliários desenfreados, assentes em dívida bancária, compadrios políticos e corrupção, criou um país com excesso de casas e falta de habitação. Enquanto os subúrbios se expandiram desordenadamente, os centros urbanos foram abandonados como terreno degradado. A longa ausência de políticas públicas de habitação e de reabilitação do edificado condenaram Portugal a um dos menores parques habitacionais públicos da Europa. Em simultâneo, o peso do turismo massificado e o desenvolvimento dos segmentos residenciais de luxo aceleraram a gentrificação. A hotelaria cresceu como o eucalipto das cidades, infestando os perímetros urbanos de hotéis e alojamentos locais e eliminando boa parte da oferta habitacional.

Durante a última década, a política do euro de juros baixos e injeção de liquidez nos mercados financeiros contribuiu para aumentar o endividamento e atrair fundos e especuladores aos ativos imobiliários. A mudança abrupta da política de juros por parte do BCE em cenário de aumento dos preços do imobiliário veio penalizar os setores populares, a quem antes o crédito foi facilitado. O efeito é maior nos países com salários mais baixos, crédito à habitação massificado e predomínio de taxas de juro variáveis.

A conjugação destes elementos resulta numa explosão dos preços das casas, do valor das rendas e dos juros dos créditos, muito superior em Portugal à verificada noutros países europeus, tanto em termos absolutos (dimensão dos aumentos) como relativos (impacto na economia e no rendimento disponível da população). Para muitas pessoas e famílias, especialmente as mais jovens, o aumento dos custos com a habitação é um problema ainda mais grave que o aumento geral dos preços dos bens de primeira necessidade.

Acresce que, desde a pandemia, a explosão do trabalho à distância fez disparar a procura mundial por casas em Portugal e gerou um afluxo massivo de residentes não habituais, nómadas digitais e outros investidores estrangeiros, que vieram juntar-se aos beneficiários de

“vistos gold”. As celebrações governamentais do aumento do investimento direto estrangeiro escondem que ele é composto a 94% por aplicações financeiras no setor imobiliário. As condições oferecidas por Portugal a estes “investidores” - sociais, climáticas, fiscais - indicam que a catástrofe apenas começou. À empresarialização dos espaços urbanos, com a dedicação de áreas crescentes das cidades a fins turísticos, seguiu-se a colonização direta por endinheirados de todo o mundo que insuflam os preços. A sua apropriação de parte essencial da oferta de casas em Portugal torna a habitação digna inacessível a grande parte da população.

Segundo os dados oficiais, no passado as contribuições das pessoas imigrantes para a Segurança Social bateu recorde (1.500 milhões de euros). Continuamos a ter uma desproporcionalidade, que afeta as pessoas imigrantes no acesso à habitação. Os atrasos no processo de regularização, a recusa dos senhorios em arrendar as casas às pessoas imigrantes e a falta de vínculos laborais empurram estes trabalhadores e estas trabalhadoras para os quartos sobrelotados ou outras situações degradantes, como contentores ou situações de sem-abrigo. O Bloco reforçará a denúncia destas situações, integrando-as na sua resposta política global e nos esforços militantes na construção do movimento pelo direito à habitação, nomeadamente reforçando pontes e construindo protagonismo com as pessoas migrantes e racializadas e as organizações que as procuram representar.

O programa “Mais Habitação”, em que o governo insiste depois do veto presidencial, prova que o Partido Socialista impedirá, enquanto puder, qualquer medida que belisque os interesses que ele próprio promoveu nos últimos anos, às escalas nacional e municipal. Um setor social amplo já compreendeu este facto e está disposto a enfrentar o governo na luta por casas para viver, como ficou bem demonstrado nas manifestações de 1 de abril e de 30 de setembro. Cientes desse conflito, a direita, os promotores imobiliários, os proprietários e os empresários do alojamento local lançaram uma guerra preventiva, atacando as medidas vazias do governo como se fossem extremas e até ilegítimas e apresentando a atual crise como se fosse um problema de escassa construção de habitação. O Presidente da República recorreu a parte desses argumentos para o seu veto ao pacote legislativo do governo.

Esse jogo político não configura uma política de habitação alternativa, nem se relaciona com a agenda da mobilização de massas. É da oposição de esquerda - e do Bloco em particular - que surgem as propostas políticas a que o movimento social faz referência, desde logo três medidas de emergência: impor aos bancos a redução dos juros; impedir aumentos e tabelar a redução

das rendas (por zonas e tipologia); proibir a venda de casas a estrangeiros não-residentes em Portugal.

Ao longo do mês de setembro, o Bloco empenhou-se a fundo na mobilização para as manifestações Casa Para Viver, convocadas em mais de vinte localidades do país. Essas manifestações confirmam a disposição para a luta de um amplo setor afetado pela crise descontrolada da habitação e a importância do quadro unitário desta convocatória. Essa diversidade política e ativista pode e deve desenvolver-se num sólido movimento popular, permanente e territorializado, de luta pelo direito à habitação.

Em outubro, o Bloco de Esquerda apoia a organização do Fórum “Direito à habitação: justiça social contra o neoliberalismo” do Partido da Esquerda Europeia, que leva ao Porto, entre 20 e 22 outubro, a discussão sobre experiências de resistência e combate à especulação imobiliária e financeirização da habitação, experiências de regulação de rendas, de referendos para habitação pública, de organização de arrendatários e de jovens e estudantes, mas também da intervenção de autarcas de várias cidades da Europa e interventores políticos a nível europeu.

Uma política de rendimentos justa

Em Portugal o salário médio não é suficiente para enfrentar as despesas básicas familiares, como habitação, estudos superiores, transportes, encargos de saúde e alimentação. Nos principais serviços públicos, que deveriam assegurar serviços essenciais, a qualidade e a abrangência degradam-se, os seus profissionais empobrecem e perdem expectativas.

Mais uma vez, o governo apresenta enormes excedentes orçamentais, muito acima dos valores previstos no Orçamento do Estado. Este é um sinal de má política e má gestão orçamentais, porquanto traduz incorreta previsão de receita e inadequados bloqueios à orçamentação e execução de despesas necessárias.

Corrigir estes desvios passa por reduzir a carga imposta pelo Estado às famílias. A resposta da direita, centrada na redução regressiva do IRS, é um logro e uma irresponsabilidade. Com um custo total de 1200 milhões de euros, a proposta do PSD nada fará para contrariar o processo de empobrecimento e desigualdades, antes o agrava.

O país não precisa de mais medidas que aumentem as desigualdades e deixem tudo na mesma para a maioria que trabalha. Para ser eficaz, uma reforma fiscal deve conjugar o

desagravamento progressivo do IRS com a redução dos impostos indiretos que penalizam o consumo. A perda de receita deve ser compensada pelo fim de benefícios fiscais errados, que favorecem a especulação e a crise da habitação. Mas uma política de aumento dos rendimentos não dispensa também a redução da carga social que representam despesas como a educação, os transportes ou a alimentação, que pode superar em muito o efeito de uma redução dos impostos nos orçamentos familiares.

No caso concreto das novas gerações que estudam e/ou procuram o primeiro emprego, o pacote de medidas do governo como a devolução das propinas ou o fim-de-semana de férias numa pousada de juventude não combate as desigualdades sociais de partida no acesso à habitação nem combatem a emigração forçada e a precariedade. É preciso acabar com as propinas, investir em residências estudantis públicas e garantir o direito ao emprego com direitos e salários dignos.

A proposta de "pacto social" da CIP, embora embrulhada numa retórica sobre o aumento de rendimentos e a captação de mão-de-obra, corresponderia a um gigantesco benefício fiscal e um mecanismo em que aumentos salariais (que os patrões sabem que terão de fazer, até para captar e reter mão-de-obra) teriam como contrapartida a usurpação do salário indireto dos trabalhadores, por via da suspensão do pagamento das contribuições patronais para a Segurança Social, a consequente redução de pensões futuras e o desfalque do sistema previdencial. Com esta proposta, a CIP quer aproveitar para meter pela porta do cavalo, como contrapartida de aumentos salariais, o velho objetivo da direita e dos mercados financeiros de abrir a porta do sistema de pensões aos fundos privados, na medida em que prevê que 10% do aumento salarial seria convertido numa transferência obrigatória para um plano individual de pensão no regime de capitalização.

Também o "15º mês" proposto seria um saque fiscal a favor de quem ganha mais e a subtração de uma componente fundamental dos rendimentos dos trabalhadores, as contribuições no valor de 23,75% sobre o salário em cada mês que garantem a proteção na doença, na parentalidade e a construção de uma pensão de velhice. Num país em que os lucros das empresas já pagam muito menos impostos que os rendimentos do trabalho, a CIP quer diminuir a base sobre a qual aqueles se calculam e quer baixar o IRC para uma taxa única, não progressiva, de 17%, acabando com a distinção entre pequenas e grandes empresas. Seriam milhões de euros desviados do Orçamento do Estado para os bolsos dos patrões, a somar ao corte de 23,75% no que os patrões pagam sobre o salário de cada trabalhador, por mês, para a Segurança Social.

Estas propostas, a que o Governo e a UGT têm aberto a porta, devem ser combatidas e derrotadas, no plano da intervenção política, da ação no parlamento e da intervenção no movimento sindical e dos trabalhadores em geral.

Além disso, o Bloco empenhar-se-á no aumento de salários. Os baixos salários provocam a emigração dos jovens e são responsáveis pela pobreza assalariada de quem fica.

O Bloco proporá no Parlamento o aumento imediato o Salário Mínimo Nacional para os 900 euros em janeiro de 2024 e que este valor seja atualizado ao longo do ano tendo em conta a inflação e a necessidade de recuperar poder de compra. Propõe também que se inicie um processo negocial com os sindicatos e estruturas representativas dos trabalhadores da Administração Pública e do setor empresarial do Estado com vista a uma atualização dos vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública, tendo em conta o aumento dos bens essenciais e a nova estrutura da despesa das famílias, que possam servir de referência também para o privado. O Bloco apoia as lutas dos trabalhadores para incluírem na contratação coletiva aumentos salariais reais

Mais investimento público, menos superávits orçamentais

O INE divulgou um saldo orçamental positivo de 1,1% do PIB no primeiro semestre de 2023 e o Conselho de Finanças Públicas prevê que o saldo anual seja de 0,9%, bem acima dos -0,9% apresentados pelo Governo no Orçamento do Estado para este ano.

São 4,5 mil milhões de euros de diferença que fazem falta para a habitação, hospitais, escolas, transportes, salários e para transformação produtiva necessária para a transição climática, a valorização do trabalho, e a justiça social.

Estas já rotineiras revisões em “alta” dos saldos orçamentais travam investimentos inadiáveis e põem em causa a salvaguarda dos serviços públicos, mas contribuem muito pouco para a redução da dívida pública.

O Bloco de Esquerda saúda todas as mobilizações de trabalhadores, como as dos funcionários judiciais, profissionais da saúde e da educação, trabalhadores da Groundforce ou do Parque da Autoeuropa, em luta pela defesa e melhoria das suas condições salariais e de trabalho. Só essas mobilizações poderão ajudar a dar consistência ao objetivo fundamental da subida do salário médio e da extensão da semana das 35 horas a todos os setores de atividade.

Adicionalmente, o Bloco continuará a dar centralidade, na proposta política, no discurso público e no esforço de mobilização social, à luta pelo aumento de salários e pensões como principal forma de resposta à carestia de vida e elemento unificador das exigências sociais em temas como a justiça fiscal e o direito à habitação.

No início de outubro, o Bloco de Esquerda apresentará um pacote de medidas para a redução da carga fiscal e da carga social sobre as famílias, em particular assegurando reduções transversais da despesa com transportes, propinas, material escolar e outros encargos.

O início do ano letivo demonstra a falta de resposta pública nas creches e escola pública

O caso do professor deslocado que dorme no carro para conseguir suportar as despesas é representativo da falácia do governo sobre o “fim da casa às costas”. No início de mais um ano letivo, os números oficiais continuam a esconder as dezenas de milhares de alunos sem aulas devido à falta de professores e as dificuldades, cada vez maiores, de milhares de professores deslocados e mal pagos. O Bloco de Esquerda manifesta a sua solidariedade com as justas reivindicações de quem luta pela escola pública. O ensino superior público deve ter disponível uma rede de residências no ensino superior capaz de responder às necessidades dos jovens que tanto se esforçaram para atingir esse patamar e exigem respeito por todo o esforço.

O Governo e o PS recusam reiteradamente construir uma rede pública de creches que possa responder à escassez da oferta. Assim, o Governo começou por manter o regime de monopólio do setor privado não lucrativo nos cuidados à infância (as creches gratuitas só podiam ser geridas por IPSS, com financiamento do Estado), tendo depois aberto a possibilidade de também o setor privado lucrativo estabelecer acordos de cooperação com a segurança social. O que sempre ficou de fora do programa foram as creches públicas, designadamente as geridas pelas autarquias. Que só haja financiamento público para entidades privadas, ainda mais quando estas nem sequer garantem a oferta necessária, é um escândalo. A construção de uma rede pública de creches, começando por incluir as poucas creches de gestão municipal nessa rede e alargando a creche às escolas que possam ter essa oferta e a autarquias que queiram desenvolvê-la, é o primeiro passo para um serviço nacional de cuidados que inclua também as respostas para a infância.

Guerra

O motim das tropas irregulares Wagner foi seguido, a ocidente, de posições políticas belicistas e irresponsáveis que adensam o impasse diplomático. É o caso dos anúncios de aumento de despesas militares na Europa; do fornecimento à Ucrânia, pelos EUA, de bombas de fragmentação e munições de urânio empobrecido, proibidas pela Convenção de Dublin, de grande perigo para a população civil e de consequências letais de longo prazo; dos avanços em direção à integração da Ucrânia na NATO; de declarações (também do Presidente da República português, a que o Governo parece associar-se) que preconizam o regresso às fronteiras de 2014 - e já não de 2022 - como objetivo de futuras negociações de cessar-fogo. Estes desenvolvimentos revelam a adesão da União Europeia à corrida armamentista e a sua conformação com a continuidade do conflito.

O Bloco de Esquerda reitera a sua defesa da paz e de um cessar-fogo imediato. O apoio militar europeu à Ucrânia invadida deve limitar-se a recursos defensivos, sem patrocínio de qualquer escalada; as iniciativas diplomáticas da União Europeia e dos seus Estados-membros devem acompanhar a defesa de uma Conferência de Paz, sob os auspícios das Nações Unidas, que restaure o respeito pelo direito à autodeterminação dos povos e da integridade territorial ucraniana, que permita o início da reconstrução e da normalização democrática do país num quadro regional de estabilidade das fronteiras sem ingerência de blocos militares.

Madeira

Os resultados das eleições regionais na Madeira confirmaram o desgaste da coligação de direita no poder, traduzido na perda da maioria absoluta que dispunha. Também o PS perdeu representatividade eleitoral, confirmando um cenário de insatisfação da população face aos grandes problemas da região, nomeadamente na habitação e no aumento do custo de vida. Estes resultados constituem um quadro de maior diversidade partidária da representação parlamentar e abrem espaço para uma oposição combativa e consequente.

Neste contexto, o regresso do Bloco de Esquerda ao Parlamento Regional é uma muito boa oportunidade para reforçar a oposição à nova coligação de direita, alargada ao PAN, que irá governar a região, da mesma forma que permite consolidar e desenvolver a implantação regional do partido.